

Ano XXVII nº 6819 – 17 de maio de 2023

Combate à LGBTfobia é dever de todos



No Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia de 2023, nesta quarta-feira (17), o Brasil tem muito a refletir e repudiar. No ano passado, foram registradas pelo menos 273 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ no país. Foram 228 assassinatos, 30 suicídios e 15 mortes por outras causas, como decorrentes de lesões por agressão.

Os dados são do Observatório de Mortes Violentas Contra LGBTI+. Os números, porém, podem ainda ser piores, pois, como não há números oficiais sobre esses crimes, o levantamento é feito principalmente a partir de informações divulgadas pela imprensa.

As maiores vítimas são travestis e transexuais, com 58% das mortes. Em seguida vêm os casos de gays, com 35%, e de lésbicas e de homens trans com 3% cada. No total, a média é de uma pessoa LGBTQIA+ morta por causa violenta a cada 32 horas no Brasil.

As vítimas tinham de 13 a 75 anos, com concentração maior entre jovens adultos, de 20 a 29 anos (33,33%). O Nordeste, com 118 casos, e o Sudeste, com outros 71, foram as regiões mais hostis contra pessoas LGBTQIA+.

O secretário de Políticas Sociais da Contraf-CUT, Elias Jordão, afirma que “a dedicação ao tema por parte da Contraf-CUT tem trazido avanços à categoria bancária, como cláusulas que estendem os direitos aos casais homoafetivos, o combate à discriminação e o direito à manifestação da identidade visual”.

Outro ponto destacado pelo dirigente é “o processo de reorganização do coletivo LGBTQIA+, que atuará no sentido de cobrar dos bancos e da sociedade mais visibilidade e contratações da população LGBTQIA+, além de outras lutas, que este novo momento do país nos permite, com um governo popular e democrático”.

**Leia a matéria completa em nossa página: www.sindbancariospetropolis.com.br/
Facebook www.facebook.com/SindBancariosPetropolis**

Maioria dos brasileiros aprova regulação das redes

As redes sociais desempenham um papel significativo na sociedade atual, proporcionando uma plataforma para a comunicação, interação e compartilhamento de informações em escala global. No entanto, o crescimento exponencial das plataformas também gerou preocupações relacionadas à questões como desinformação, discurso de ódio, privacidade, proteção de dados e manipulação eleitoral.

Esta questão se reflete na pesquisa divulgada pela CNT (Confederação Nacional dos Transportes). O levantamento revela que 51% dos entrevistados consideram necessária a regulamentação da comunicação em aplicativo de mensagens, sites e plataformas com mecanismos de busca. Outros 38% discordam e 11% não souberam responder.

Além disso, a disseminação de notícias falsas tem o potencial de influenciar negativamente a opinião pública, minar a confiança nas instituições democráticas e distorcer os processos eleitorais. Por isso, o PL das Fake News tem como objetivo enfrentar esse problema, estabelecendo mecanismos de responsabilização para plataformas que buscam apenas o lucro e engajamento.

Mudanças no PQV da Caixa causam indignação

Os empregados da Caixa continuam a sofrer com o assédio moral. As mudanças realizadas PQV (Programa de Qualidade de Vendas) elevam as punições de quem não alcança as metas determinadas.

O programa é alvo de críticas desde a implementação, em outubro de 2020, na gestão de Pedro Guimarães, caracterizada por perseguições e assédio de todo o tipo. A defesa do movimento sindical sempre foi pela revogação do normativo.

Pelas as novas regras, as vendas de cartão de crédito, seguros e cesta de serviços são avaliadas por até 90 dias depois da contratação. No caso de o cliente cancelar o serviço no período, o empregado perde pontos no PQV.

O trabalhador que não alcançar os 90 pontos pode, entre as penalidades, ser proibido de participar dos PSI (Processos de Seleção Interna). Agora, se tiver pontuação inferior a 70 pontos pode ter a situação avaliada pela Corregedoria, que decide se abre ou não processo disciplinar.